

Literacia para a cidadania*

Maria Augusta Babo**

Resumo

De que é feita a consciência de cidadania? Antes de mais, de uma formação na literacia. A escola deve ser de novo convocada a assumir a responsabilidade da preparação para a cidadania. Cidadania e literacia são indissociáveis. A entrada no universo da escrita terá de ser vista como a possibilidade, que passa pelo mundo do escrito, da formação da consciência cívica. A era do digital permite, hoje, desenvolver outras posturas do escrito de modo a reforçar os laços de cidadania. Trata-se de entender em que consistem esses dispositivos e de que forma podem potenciar o estatuto de cidadania nas nossas democracias contemporâneas.

Palavras-chave: cibercidadania, espaço público virtual, hipermédia, leitura

Uma arche(o)logia da técnica:

1. Há uma dimensão arche(o)lógica da técnica, no sentido de uma ordem que atravessa e ao mesmo tempo está subentendida, que sustenta as redes informacionais e que vale a pena formular.

Duas razões estão na base da necessidade que o humano teve de recorrer às próteses para fazer face aos desafios que se lhe apresentaram. Uma falta originária do corpo, a sua incompletude, abre a possibilidade de incorporação da técnica; essa possibilidade está inscrita no humano desde os primórdios. B. Stiegler, filósofo que tem pensado a dimensão técnica do humano, afirma, a este respeito: “a hominização é a exteriorização funcional das experiências individuais e singulares que se transmitem àqueles que se tornam por isso seus herdeiros: os descendentes” (2004: 27). A questão da técnica

* Uma primeira versão deste texto foi apresentada ao Congresso Internacional – Cultura digital y Ciudadanía – Universidade Autónoma de Madrid, em Novembro de 2004

** Professora Associada no Departamento de Ciências da Comunicação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (mab@fesh.unl.pt).

redunda tão-só na aceleração da finitude humana, tomada como fim do corpo e como fim de uma ideia de humano. A capacidade de conservação exterior, memória externa ou arquivo, é a condição mesma da morte como “desaparecimento possível do corpo próprio”. Mas a própria dispensabilidade do corpo na existência do sujeito é hoje, não do domínio da ciência de ficção, mas da realidade.

Ora, o papel da escrita como dispositivo de exteriorização funcional da experiência, para retomar os termos de Stiegler, é estrutural. A escrita vem impor um regime de exterioridade ao humano que lhe modifica a sua ex-istência, contribuindo não só para acentuar a consciência da finitude como para passar de uma posição de herança genética a uma posição de herança cultural, isto é, herança de um património adquirido pela comunidade porque exterior a cada indivíduo. A instauração e a conseqüente instituição do documento exteriorizaram a memória, autonomizando o arquivo. E essa é uma mutação incalculável na filogénese do humano. A exteriorização é então originária, porque se dá como suplemento de origem.

Mas a escrita caracteriza-se ainda por ser a primeira nootécnica ou técnica do pensamento, para adoptar um termo de M. Guillaume (1997: 130), que teve os seus desenvolvimentos conhecidos nos diferentes *media* clássicos. As novas tecnologias de informação são nootécnicas que se afirmam como próteses do cérebro capazes de grandes mutações.

Curiosamente, os argumentos esgrimidos na Antiguidade grega contra e a favor da escrita não se renovaram estruturalmente. A crítica à exteriorização da memória na escrita, autonomizando a palavra da presença e do sopro do seu autor, encontramos-a hoje reflectida no pólo da recepção, a leitura. Assim, o discurso apocalíptico aponta às novas tecnologias da informação o decréscimo, senão da escrita – o pânico inicial parece ter-se dissipado com a avalanche de textos que a Internet veio disponibilizar –, pelo menos da leitura, salientando a proliferação de informação que não passa já pelo saber interiorizado, apropriado. A desapropriação do saber pelo fluxo incontido de informação é o reverso da desapropriação da palavra aquando da imposição da escrita. Em causa, sempre, a presença do sujeito como garante do sentido ou, justamente, a sua falência. As conseqüências dessa desapropriação estendem-se ainda a uma alegada mutação no regime de leitura que passaria de intensivo a extensivo, como veremos mais à frente. Esquecemo-nos, porém, que tal mutação havia já sido definida aquando do aparecimento do livro impresso ao produzir uma industrialização da escrita e, conseqüentemente, uma alteração dos regimes de leitura, a qual passou a uma ser uma actividade privada e silenciosa. Acresce agora o facto de se registar, na rede, uma des-hierarquização e uma descontextualização dos textos, decorrentes de um excesso de arborescências, como lhe chama Guillaume. Trata-se de uma mutação que Deleuze teve a antevisão de formular e que não é senão a passagem para um outro regime de funcionamento des-hierarquizado do texto, o da replicação rizomática. A textualidade deixa de se inscrever num regime maquínico/mecânico, com o livro impresso, para passar a um regime reticular/digital, transpondo-se para a rede. O que vem a ser a escrita no quadro deste outro regime pós-industrial? Tal mutação é pesada de efeitos, assinalados desde logo por Pierre Lévy que aponta a diluição da função autoral no hipertextual.

Há que salvaguardar, no entanto, o princípio formulado por Castells (2003, p. 85) segundo a qual “as tecnologias são o produto do seu processo histórico de constituição e não, simplesmente, da sua concepção tecnológica original”. Quer isto dizer que os efeitos do tecnológico, a existir, não são determinantes, já que é a sociedade como corpo que acabará por gerir as mutações sociais daí decorrentes, às vezes mesmo ao arpejo de todas as expectativas, sejam elas mais optimistas ou mais pessimistas. O receio que se havia instalado de que a Internet desenvolvesse uma atomização social profunda é hoje desmentido pelo aparecimento de outro tipo de sociabilidades, por exemplo os *groupware*, que se definem por um estreitamento de laços, não no seio da vizinhança – comunidade física –, mas junto de indivíduos que revelam posturas semelhantes aos mais diversos níveis (Castells: 2003). Isto é, há fortes organizações sociais em rede e estas organizações tendem a crescer de importância e a estender-se às mais variadas formas de sociabilidades e de solidariedades. Regista-se ainda o desenvolvimento de efeitos de inteligência colectiva cuja amplitude é ainda cedo para definir. Uma outra constatação é que o aparecimento de uma tecnologia para servir um fim determinado pode vir a desenvolver outras funcionalidades à partida não previstas. É exactamente o caso da Internet, criada para fins militares e que transborda da sua função primeira para se implantar num outro quadro que passa hoje por um pendor marcadamente solidário e humanitário, com a emergência de todo o tipo de circulação: petições, abaixo-assinados, circulação de denúncias de todos os jogos de poder, etc.

Por outro lado, F.-B. Huyghe (2001) regista uma dupla ancoragem dos sistemas de comunicação que se pode formular do seguinte modo: se os *mass media* tradicionais chegaram ao limite da unificação quer espacial, cobrindo todo o território, quer temporal, o directo do acontecimento, contudo, as novas tecnologias da informação vêm permitir a reunião num mesmo sistema de informações heterogéneas e um percurso infinito entre essa heterogeneidade – percurso que pode ser individualizado ao máximo uma vez que a rede funciona em sistema hipertextual, isto é, permite o deslocamento constante, de documento para documento. Para além disso, as novas tecnologias da informação cumprem, mesmo que descoordenadamente, a função de arquivo ao qual se pode voltar em tempo diferido.

A Internet preenche uma dupla funcionalidade: a de permitir ao mesmo tempo a conexão em directo à rede de informação e/ou o acesso ao arquivo, e ainda a convergência de *heterotopos* num mesmo *topos* – o ciberespaço. Uma espécie de ubiquidade espaço-temporal instala-se, dando acesso à enorme heterogeneidade de documentos alojados no mesmo ciberespaço. Haveria, pois, tendência para concluir, salienta ainda Huyghe, que as novas tecnologias de informação, hipermédia e Internet, aliadas ao desdobramento em hipertexto, vêm abrir possibilidades infinitas de criação e, portanto, diferenciar o utilizador e permitir a marcação de singularidades. No entanto, esse megadocumento que alastra infinitamente nas redes opera um outro fenómeno, não menos interessante, que é o da própria partilha de representações, criando uma espécie de denominador comum que não é mais o produto estático dos *media* clássicos, nem tão-pouco o mundo interior de cada utilizador (Huyghe, 2001: 166). Na verdade,

a inesgotável parafernália de dispositivos de mediação sensorial permite hoje um atravessamento transindividual da experiência, a sua apropriação colectiva e até uma certa anonimização.

Hipermédia como hibridação

Tentemos caracterizar um pouco melhor as regras de funcionamento da escrita digital nas suas variantes internet e CD-ROM. O hipertexto aparece como o dispositivo, por excelência, capaz de produzir múltiplas hibridações, misturando e convocando regimes semióticos diversos. Por outro lado, a própria produção textual acrescenta ao livro outros dispositivos, como CD-ROM, etc. Mas é o hipermédia que vem potenciar essa textura híbrida. Imagem, texto e som entrelaçam-se com um estatuto a que poderíamos chamar pós-operático. A intersemiotividade que encontramos em regimes complexos, da ópera ao cinema, contém uma articulação entre os vários planos que é da ordem de uma organização hierarquizada. Hoje, mais do que nunca, todos esses questionamentos são convocados no tratamento de objectos híbridos que povoam a nossa sociedade. Movemo-nos num universo tecnocultural onde proliferam os regimes intersemióticos ou plurissemióticos. Da complementaridade dos sistemas intersemióticos como a ópera, o ballet, etc., onde se mantinha a identidade de cada um dos sistemas que interagiam, passamos à hibridação dos regimes semióticos, que se caracteriza pela diluição das identidades e das autonomias. No hipermédia verificam-se fortes contaminações e uma grande flutuação ao nível da hierarquização dos regimes semióticos integrados. Por seu turno, a hibridação provoca a desterritorialização do próprio lugar do sujeito. O pós-narrativo aponta justamente para regimes híbridos, afastando-nos da autonomia que eles mantiveram até à modernidade. A tecnologia informática é plástica, permite a incorporação de regimes não textuais em regimes textuais, articulando sistemas gráficos, imagéticos e sonoros. Daí que os produtos hipermédia manifestem uma criatividade que é, antes de mais, consequência dessa intersemiotividade que os compõe. No âmbito estritamente narrativo, o hipertexto permite ainda a hibridação de mundos ficcionais, factuais, reais e virtuais, num sistema onde se esbatem as fronteiras entre os diversos géneros, como explica Noël Nel (2001), e em que se produz uma amálgama de fragmentos, onde o percurso de leitura é que vem determinar a passagem da associação à sequencialidade. Por outro lado, deparamo-nos com o uso frequente de uma heterotopia narrativa que permite um desdobramento de pontos de vista narrativos, criando assim múltiplas *mise-en-abyme*. Tais procedimentos, por seu turno, saltam do hipertexto para a própria literatura em livro gerando outras contaminações. Podemos dizer que, inevitavelmente, a literatura contemporânea já foi contaminada pelo hipertexto, mesmo que ainda produzida em papel. Vários são os exemplos, de Calvino a Lobo Antunes. Tem-se falado, por isso, de hibridação transmediática, que se define como uma articulação de “um modo de produção estética ou cognitiva associada a um *medium* com elementos da tecnologia material de outro *medium* ou de outros *media*.” É ainda o caso da literatura *cyberpunk*

que recorre à utilização de uma estética do *videoclip* ou do *zapping* na construção de sequências narrativas, como anunciava já Arriscado Nunes (1996: 58-59).

A arte actual, imersa no digital, permite pensar de uma forma ainda mais impositiva a contaminação dos vários sistemas semióticos com o linguístico. As artes digitais, ao obedecerem a uma transposição ou tradução simbólica, encontram na sua virtualidade o regime do verbal digitalizado. É aí, nesse pano de fundo do virtual, que a escrita, a imagem e o som se fundem, não como plasticidades diversas, mas numa mesma conversão, com uma percepção global ao nível da recepção. O que acaba por acontecer nos produtos hipermédia é um jogo de hibridação que provoca uma recepção algo renovada, isto é, que contém uma dimensão sinestésica. A hibridação dos meios e dos géneros exige um alargamento do campo da recepção e um movimento em direcção à imersão do próprio destinatário. Os produtos lúdicos, ficcionais e plásticos hipermediáticos absorvem o destinatário, tendem a degluti-lo para o seu interior ao apelarem à transversalidade dos sentidos, da percepção. Dá-se como que uma contaminação a um nível mais profundo, de modo a diluir as oposições tais como objectivo/subjectivo, real/fictício, tempo/espaço, memória/actualidade. Está estudada esta relação estreita que se estabelece entre aquilo a que poderíamos chamar um sincretismo entre as artes e o desenvolvimento de uma recepção sinestésica: “O sincretismo da obra e a sinestesia da experiência são consequentemente as duas faces de uma *semiose* muito particular, a de uma sistemática dupla e complexa (...)” (Parret, 2001: 199).

As alterações prováveis nas posturas receptivas do hipermédia têm que buscar-se, pois, a este nível. Somos herdeiros de um legado artístico, semiótico e fenomenológico que poderá permitir o desenvolvimento desta questão. A teoria das correspondências, que teve a sua época no século XIX, não fez mais do que realçar o carácter intersemiótico da própria percepção humana. A fenomenologia mostrou uma dimensão interpenetrativa entre os vários sentidos, no chamado “tacto fundamental” que apela à experiência da totalidade fenomenológica. A semiótica, por seu lado, abriu o campo às semióticas sincréticas.

Condições de leitura

O hipermédia é, como vimos, o lugar por excelência de convergência de lógicas mistas e de mutações semióticas diversas, o que requer, necessariamente, modificações nas práticas de leitura correntes. O próprio texto hipertextual, também híbrido, convoca a linearidade do texto impresso à deslinearização do digital, provocando deste modo mutações e deslocamentos do lugar da leitura e uma redifinição das relações entre o texto e o seu leitor.

Deve-se a Roger Chartier a mais completa análise das modificações por que passou, ao longo dos tempos e segundo as alterações verificadas nos dispositivos textuais, a actividade da leitura. Para só citar uma das clivagens, é de referir a passagem de um regime intensivo de leitura a um regime extensivo que poderíamos situar no advento da imprensa (Babo, 2003). Enquanto a leitura intensiva se caracteriza por ser recorrente e meditativa, a leitura extensiva é já abrangente e informativa. A leitura extensiva é

resultado da industrialização da memória (Derrida e Stiegler) e da difusão maciça da informação.

Ao multiplicar e difundir o livro, a imprensa retirou o texto do seu estatuto de raridade e de pretexto de reflexão interior e meditação privada para o instituir na série, na totalidade organizada que constitui o universo enciclopédico das Luzes e se abre, posteriormente, à indústria livreira. Daí que o leitor moderno disponha de um quadro de referências e de reenvios que propicia e contextualiza a actividade de leitura. Mas a desmaterialização do texto, a sua visibilidade em ecrã, vem colocar novos desafios à leitura. Bertrand Gervais fala, a propósito do texto digital, de regime de sobre-extensão cultural (Gervais, 2001) que acarreta, para a leitura, uma diversidade e heterogeneidade de textos. O texto espalha-se pelos *media*, complementa-se de imagem, diversifica e mistura géneros e hipertextualiza-se. A leitura que daí advém é forçosamente acelerada e diversificada. Gervais radicaliza ainda a sua posição que poderíamos formular da seguinte forma: a velocidade de leitura aumenta na razão inversa da compreensão. Perigo? Compreensão superficial e ilusão cognitiva que redundam numa banalização do texto, segundo o autor. A mesma opinião é partilhada por F. Rastier: “Jamais le programme de l’oeuvre numérique ne sera nimbé par l’aura d’un manuscrit” (citado por Gervais). Por seu turno, Guillaume (1997) fala de uma infra-leitura ou de um infra-saber, sempre nessa razão inversa entre a sobre-extensão do texto e a sua infra-compreensão. Formulando a questão em termos de oposição temos: “apropriação das obras em toda a sua profundidade e coerência” contra a “acumulação de um meta-saber fragmentado” (1997: 143). Sem querer reduzir a questão da leitura a um posicionamento meramente avaliativo e que está desde logo condicionado, segundo me parece, por uma enraizada tradição da leitura livresca, limitar-me-ia a dizer que novas posturas leitorais emergem nos novos dispositivos hipermediáticos. Sem desenvolver aqui a dimensão de interactividade (Babo, 2002), perspectiva que tem sido largamente analisada no que diz respeito ao hipertexto e ao hipermedia e que pode, pela importância que tem adquirido, fazer esquecer outras cambiantes, referirei algumas questões nodais.

A ruptura mais flagrante será talvez a de uma passagem da postura leitoral narrativa ou sequencial, baseada no encadeamento temporal/causal, à postura associativa, funcionando por associações analógicas. P. A. Brandt dizia numa conferência que os *video-clips*, caracterizando-se por um marcado estatismo, são anti-narrativos. O hipertexto e o hipermedia já evidenciam outras configurações textuais, menos narrativas e mais associativas, onde a ordem cronológica é in-significante e pode ser mesmo aleatória. A era do romance é eminentemente livresca, como se sabe. O romance destronou, por seu turno, a epopeia, ligada aos ritmos da oralidade. O aparecimento de novos géneros, de géneros híbridos, provocará, necessariamente, novas posturas leitorais, nem mais nem menos perfeitas que as anteriores, mas que se caracterizam, antes de mais, por poderem coexistir entre si.

Mas há mais: Gervais (2001) fala-nos da inserção de regimes pragmáticos no interior de regimes semióticos. É o caso dos termos activados hipertextualmente, chamados nós. Para além de manterem a sua função semiótica no quadro sequencial do texto, eles agem como elementos de ligação ou abertura para outro espaço textual. Têm, digamos, uma

força elocutória. Por outro lado, as delimitações pragmáticas do texto, o seu paratexto, desaparecem ou modificam-se de tal maneira, que há que criar novas competências de leitura e também novos protocolos. Qual a hierarquia, se ela existe, entre a totalidade dos textos ligados? Que títulos delimitam que textos? Que autores assinam que textos? Qual o protocolo de leitura que se estabelece num hipertexto que comporte testemunho, ficção, informação, humor e crítica? É o caso dos fenómenos textuais recentes, os blogs, que revitalizam o dialogismo. O leitor do hipertexto/ hipermedia deverá adquirir, portanto, competências específicas. Deverá maleabilizar os protocolos de leitura que conhece e com os quais está familiarizado. Deverá descobrir, senão mesmo inventar, outros. Vista por este prisma, a leitura não estará em decadência mas antes num processo de enriquecimento e complexificação fazendo apelo a uma percepção *aesthetica* e ao desenvolvimento de uma criatividade e interactividade indispensáveis à imersão no ambiente digital.

O reforço da literacia no digital não terá unicamente a ver com as simples competências de leitura – alfabetização seguida do desenvolvimento das competências de apreensão e de interpretação de texto –, mas sobretudo com as capacidades de utilização da informação na rede e da sua transformação. O aparecimento do termo “info-excluído” justifica-se pela necessidade de especificar esta competência nova que forma e define o cidadão na era da globalização. Por outro lado, e ao contrário de alguns vaticínios, a rede passou a ser, cada vez mais, o instrumento de participação para a cidadania, em duas vertentes complementares: a do acesso aos universos político-cultural e de informação globais, mas também, e esta é a vertente mais interessante, a do acesso a um lugar virtual público de expressão de convicções, de opiniões e de argumentação. Este novo espaço público virtual, que é cada vez mais alargado, é autónomo relativamente a qualquer intenção controladora por parte do poder. Àqueles que mais cépticos se apresentam relativamente aos efeitos da rede, diríamos que ela se está a tornar no espaço de cidadania por excelência, isto é, está a formar aquilo a que se poderia já chamar uma “cibercidadania”.

Bibliografia

- Arriscado Nunes (1996) ‘Fronteiras, hibridismo e mediatização: os novos territórios da cultura’, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 45.
- Babo, M. A. (2003) ‘A experiência da leitura ou a leitura como prática’, *Trajectos – Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, n.º 3, Lisboa: ISCTE/Editorial Notícias.
- Babo, M. A. (2002) ‘O hipertexto como forma de escrita’, *Trajectos – Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, n.º 1, Lisboa: ISCTE.
- Babo, M. A. (2004) ‘O hipertexto como nova forma de escrita’, in Süsskind, F. & Dias, T. (orgs.) *A Historiografia Literária e as Técnicas de Escrita – Do Manuscrito ao Hipertexto*, Rio de Janeiro: Ed. Casa Rui Barbosa.
- Castells, M. (2003) ‘A Internet e a sociedade em rede’, *Trajectos – Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, n.º 4, Lisboa: ISCTE/Notícias Editorial.
- Gervais, B. (2001) ‘Lire à l’écran. Les nouvelles expériences du texte’, in Alves, J. A. S. (org), *De Gutenberg ao Terceiro Milénio – Congresso Internacional de Comunicação*, Universidade Autónoma de Lisboa.
- Guillaume, M. (1997) *Où vont les autoroutes de l’information?*, Paris: Descartes & Cie.
- Huyghe, F.-B. (2001) ‘Des médias aux hypermédias’, in: *L’Ennemi à l’ère numérique*, Paris: PUF.

Kerckhove, D. de (1997) *A Pele da Cultura*, Lisboa: Relógio d'Água.

Parret, H. (2001), 'A intersemioticidade das correspondências artísticas e das afinidades sensoriais', *Revista de Comunicação e Linguagens*, 29.

Stiegler, B. (1996) *Le Technique et le temps – 2. La Désorientation*, Paris: Galilée.

Stiegler, B. (2004) *De la misère symbolique – 1. L'Époque hyperindustrielle*, Paris: Galilée.